



## **NOVOS CAMINHOS, VELHAS PRÁTICAS E O PRESENTE: O DESINVESTIMENTO DA PETROBRAS NO RIO GRANDE DO NORTE, UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO DO EVENTO**

André Rodrigues Fabrício<sup>1</sup>  
Celso Donizete Locatel<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O objetivo desse trabalho acadêmico é realizar uma primeira aproximação do evento do desinvestimento da Petrobras no estado do Rio Grande do Norte/Brasil, empiricamente realizada através da análise do comportamento referente ao quantitativo de postos de trabalho existentes. Os procedimentos de investigação basearam-se na pesquisa bibliográfica realizada por meio de consultas a textos que forneceram referencial teórico de substância para o entendimento do motivo do acontecimento do evento, bem como de análise de dados estatísticos sobre o quantitativo de estabelecimentos e de contrato de trabalho formal para execução das atividades do circuito espacial de produção de petróleo e gás-natural obtidos junto à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Como resultado, constatou-se que a saída da Petrobras demonstra uma forte influência sobre o quantitativo dos postos de trabalho vinculados as atividades de exploração e produção de petróleo e gás no RN, expondo preocupações com outras searas do meio geográfico local.

**Palavras-chave:** Circuito espacial de produção de petróleo, Petrobras, Rio Grande do Norte.

### **RESUMEN**

El objetivo de este trabajo académico es hacer una primera aproximación del evento de desinversión de la Petrobras en el estado de Rio Grande do Norte/Brasil, realizada empíricamente a través del análisis de la cantidad de empleos existentes. Los procedimientos de investigación se firmarán en la investigación bibliográfica realizada a través de textos que proporcionaron referencia teórica de sustancia para comprender el motivo del evento, así como el análisis de datos estadísticos sobre el número de establecimientos y trabajos formales empleados para realizar las actividades del circuito espacial de producción de petróleo y gas natural obtenidos a partir de la Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Como resultado, se encontró que la salida de Petrobras muestra una fuerte influencia en la cantidad de empleos vinculados a las actividades de exploración y producción de petróleo y gas en rn, exponiendo preocupaciones con otras áreas del entorno geográfico local.

**Palabras clave:** circuito espacial de producción de petróleo y gas natural, Petrobras, Rio Grande do Norte.

### **INTRODUÇÃO**

Desde 2018, a Petrobras, Sociedade de Economia Mista vinculada ao Estado Brasileiro, que durante os seus anos de existência tornou-se uma das maiores representantes nacionais no

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: andrefabricio@outlook.com

<sup>2</sup> Professor Associado do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: celso.locatel@ufrn.br



mercado internacional de produção de energia, passou a traçar um planejamento de ação empresarial para os próximos dois decênios, que envolvem uma série de práticas empresariais conhecidas de outrora, justificadas sobre uma mudança nas tendências mundiais nos campos tecnológico, econômico, de valores sociais e, principalmente, do uso da matriz energética.

Essa necessidade de planejamento intensivo da Petrobras é justificada mediante as escolhas cada vez mais dinâmicas ocorridas no cenário social/empresarial/institucional mundial no atual período de evolução da sociedade e do capital.

Assim, antecipando que o petróleo terá seu uso reorientado, dando espaço à outras fontes de energias, consideradas mais “limpas”, tecnologicamente mais evoluídas, e com maior eficiência energética, faz com que se torne precípuo que uma empresa, como a Petrobras, cujo capital está investido na exploração de um produto que possui tendências à redução de demanda (IEA , 2021), reveja o seu posicionamento no mercado.

Ocorre que o atual planejamento da Petrobras, fundamentado nas perspectivas do Cenários Estratégico 2040 da empresa (PETROBRAS, Cenários... s/d), indica a aplicação de práticas empresariais que utilizam de ações como gestão ativa do portfólio, priorização de atuação e desinvestimento como meios para atingir os objetivos da empresa. Tais ações empresariais ao se realizarem no espaço criam consequências sociais e econômicas as quais exigem investigação e análises através de uma visão propriamente geográfica.

Essa exigência deriva da própria natureza da indústria do petróleo, uma atividade produtiva extremamente complexa, que reúne de forma integrada o global e o local, relacionando o consumo à esfera global, bem como a especificidade do lugar, como primordial na atividade de produção petrolífera (especificamente no segmento upstream), e que tem decorrências em razão da forte intencionalidade vertical imposta pelo mercado nas dinâmicas dos lugares.

Evidentemente, “o espaço geográfico sempre foi o lócus da produção e a atividade produtiva pressupõe a ideia de lugar” (SANTOS, 1994, p. 81), e esta relação pode ser relativizada na maioria das atividades, contudo é de destacada importância na indústria do petróleo, uma vez que as condições naturais necessárias para a exploração e produção de petróleo são extremamente restritas. O local de exploração e de produção, é o local geologicamente determinado e disposto no meio natural cabendo a ele, ali, ser alvo de transformação.

Não dissociado disso, a indústria petrolífera se instalou no estado do Rio Grande do Norte/Brasil, nos anos de 1970, onde encontrou a situação propícia, ou pelo menos potencialmente propícia, ao desenvolvimento da atividade, havendo implementado uma série



de técnicas que impulsionaram o surgimento de dinâmicas espaciais específicas no estado, transformando território, de forma incisiva, até a atualidade.

Ocorre que, após o ápice de produção em território potiguar, no ano de 1997, e com o declínio da produção (BNDES, 2019) a partir desse momento, o interesse mercadológico na produção foi reduzindo e se tornando desinteressante ao grande capital, e seguidamente às grandes empresas.

Os “novos caminhos” da Petrobras vieram à tona (PETROBRAS. Novos... s/d), justificando, perante o cenário atual e futuro, a necessidade de foco (esforço e energia) da empresa naquilo em que é referência, a exploração de petróleo em águas profundas, e fazendo o que as instituições sempre fizeram desde que o conceito de empresa foi formulado, cortando custos e investimentos menos vantajosos, para aumentar a lucratividade, a acumulação do capital e o poder da corporação. Mas tudo com requintes de modernidade e elegância ao utilizar o termo contemporâneo de “gestão ativa do portfólio”.

A gestão do portfólio da empresa demonstrou-se tão “ativa” que, em julho de 2017, já havia lançado um documento apresentando aos potenciais investidores “Oportunidade de Investimento em Ativos de Águas Rasas no Brasil Polo Rio Grande do Norte” no qual colocava em destaque o interesse da empresa em executar o processo de venda da totalidade de sua participação em ativos de águas rasas da Bacia Potiguar no Brasil (PETROBRAS. Oportunidade... s/d). A informação foi acompanhada de Cessão Onerosa de 34 campos terrestres no Rio Grande do Norte, cuja notícia foi publicada em 28 de novembro de 2018 (PETROBRAS. Cessão... s/d), e de informativo em 2019 sobre a fase vinculante de desinvestimento para a cessão da totalidade dos direitos de exploração, desenvolvimento e produção do Polo Rio Grande do Norte (PETROBRAS. Desinvestimentos... s/d), seguido de nova publicação dos ativos disponíveis para transferência.

Assim, de uma forma ainda mais rápida que se instalou e investiu no espaço geográfico norte-rio-grandense, a Petrobras faz a gestão de seu portfólio e realiza o desinvestimento, retirando o seu capital e levando consigo a força de trabalho especializada e tudo aquilo que ela, enquanto empresa de destaque no cenário mundial, exercia de influência na dinâmica local.

Frente a problemática apresentada, o objetivo do presente trabalho é identificar dentro das consequências da saída da Petrobras do Rio Grande do Norte os impactos ao circuito espacial de produção de petróleo no estado, assim como os reflexos no mercado de trabalho local.

Os procedimentos de investigação basearam-se na pesquisa bibliográfica realizada por meio de consultas a textos que forneceram referencial teórico de substância para o entendimento



do motivo do acontecimento do evento, bem como de análise de dados estatísticos sobre o quantitativo de estabelecimentos e de trabalho formal empregado para execução das atividades do circuito espacial de produção de petróleo e gás-natural obtidos junto à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Nesse ponto, cumpre ressaltar que as discussões se vincularam à análise dos dados quantitativos obtidos, numa tentativa de desvendar aspectos da realidade do espaço geográfico investigado.

## **METODOLOGIA**

A partir da realização da revisão bibliográfica foi possível identificar o que é o evento que está ocorrendo no setor petrolífero no Rio Grande do Norte, o porquê deste ocorrer, quais as consequências manifestas, o que pode ser identificado como problema e quais são as conclusões possíveis sobre essa análise.

Para tanto, foi aplicado ao trabalho um esforço de se partir da visão integral e integradora da sociedade ao espaço, enquanto elementos de uma realidade objetiva que impõe entre si suas próprias realidades, pois frente a uma mudança social tão impactante para a localidade, há a necessária verificação da mutação imposta à organização espacial (SANTOS, 1994), uma vez que se abrem as portas para uma refuncionalização da estrutura social e espacial ali existentes.

Melhor apresentando, os procedimentos necessários à pesquisa precisaram tomar por base as estruturas existentes até então no espaço geográfico norte-rio-grandense para avaliar se a ocorrência do evento causa alguma mudança e impacto nas formas e funções ali presentes frente aos corriqueiros processos de mudança (SANTOS, 1994).

Empiricamente, a avaliação se pautou na comparação entre o quantitativo de estabelecimentos e de trabalho formal empregado nestes para execução das atividades do circuito espacial de produção de petróleo e gás-natural, em três períodos distintos, separados por um interstício de 6 anos (média), sendo os dados obtidos a partir do banco de dados existente e relacionado à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**



Para trabalhar a temática proposta é primordial a compreensão de que a indústria petrolífera é uma atividade produtiva de escala global existente em um momento histórico permeado por um espaço e um tempo desvelados em um regime mundializado, e que deve ser percebida como de fato é, como uma parte de uma totalidade empírica (SANTOS, 1994).

A totalidade existente a qual faz parte tudo e todos, precisa ser entendida de maneira integrada tal qual a realidade, em seu movimento dialético entre as partes que a formam (SANTOS, 1994), mantendo-se em permanente transformação em direção a uma nova totalidade (SANTOS, 1994), uma nova realidade distinta.

Nesse movimento intelectual, os conhecimentos específicos da ciência geográfica se mostram indispensáveis para fomentar a discussão teórica do tema apresentado, pois o espaço além de ser visto como interdependente ao tempo, revela uma necessidade de reconstrução do mundo e sua realidade histórica em termos de organização sistêmica (SANTOS, 1994).

Organização intelectual esta, que possui como ponto de partida a sociedade, que tem suas feições de realização, de vida, delineadas sobre uma base material repleta de feixes de interações, entre “o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações” (SANTOS, 1994, p. 19), e tudo o mais que faz parte de uma correlação entre a vida social e as interações, dela provenientes e nela incidentes (SANTOS, 1988).

Ainda que frente a esse ponto de partida da sociedade e da materialidade que a cerca e a institui, a totalidade precisa ser encintada através de uma reflexão intelectual, que permita não apenas sua percepção, mas o seu estudo científico.

Dessa forma, utiliza-se o conceito de *território usado* como forma de aproximação dessa realidade empírica, e uma forma de limitar essa amplitude total da realidade. Afinal, cada ponto geográfico deve ser apreendido dentro do imenso movimento do mundo, e para tanto, é necessária a captura do entendimento do seu papel dentro dos fatores sociais e funções a ele impostos, e em correlação a todas as demais frações do espaço (SANTOS, 1988).

Para tanto, o conceito de *território usado*, que implica na visualização do espaço enquanto um *sistema de valores*, determinado pelo interesse que a sociedade, a cada momento atribui as materialidades, lhe conferindo funções, usos, vida própria (SANTOS, 2006), que permite a compreensão do lugar especificamente considerado, o espaço de reunião do conjunto integrado da vida e da sua materialidade.

O território usado, traduzido pelo lugar, permite a conversão da abstração conceitual, em efetividade empírica, real, mas ao mesmo tempo, individualizada, seccionada da totalidade da qual faz parte, mas a ela ainda integrada.

É assim, que o tema pesquisado passa a ser passível de estudo.



A indústria do petróleo encarada com uma das faces utilitárias das intenções sociais na seara econômica de realização, ao usar o espaço no qual está instalada, cria uma particularização naquele território, causando interações que podem ser percebidas para explicar os feixes de relações que ali se encontram.

Em primeiro ponto, ela faz uma interconexão direta daquele território especificado, daquele lugar, com uma realidade global, interativa e fugaz, através de comandos contínuos em um grau de complexidade superior e de escala geográfica de ação mais ampla (SANTOS, 2006).

Trata-se de uma atividade que precisa ser observada através de sua forte materialidade em escala regional e local, bem como, correlacionada com “fluxos [...] intensos, extensos e mais seletivos” (SANTOS, 2006, p, 171) provenientes da escala do mundo, de interesse de agentes empresariais e institucionais hegemônicos.

Ocorre que, na análise dessa atividade, as noções de horizontalidades e verticalidades se impõe em sua dialética transformadora, pois o espaço geográfico, o território usado, será compreendido pelo seu valor particular em meio as ações ocorridas nessa relação entre o global e o local, entre a “escala de realização das ações e a escala do seu comando” (SANTOS, 2006, p. 51), entre o “processo direto de produção” e “os processos de circulação” (SANTOS, 1994, p. 25).

No mundo globalizado e interconectado, não há nenhum lugar que não mantenha relações diretas ou indiretas com outros lugares (SANTOS, 1994), contudo muito dessas relações, que se materializam nos lugares concretos, “são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra” (SANTOS, 2006, p. 51), sendo tipicamente verificadas nas consequências materializadas pelas ações da indústria petrolífera.

Indústria essa, participe das ações hegemônicas, mesmo porque repleta de agentes imbuídos desse poder econômico e social, que se serve dos territórios em seu benefício, através dos objetos e fluxos à sua disposição, e que criam espaços com condições técnicas e sociais propícias a extração dos recursos de seu interesse.

Dessa maneira, a atividade ao se instalar busca sistematizar as relações entre os elementos que formam aquela determinada parte do espaço em uso, pondo em ordem as infraestruturas, as empresas, as pessoas, as informações etc. Uma ordem voltada à produção econômica, dominante, que se impõe àquela situação do meio local existente (SANTOS, 1988, p. 11).



O território usado, passa então a ser visto como recurso, justamente pela forma pragmática que a utilização consciente e ordenada de estruturas materiais e imateriais, passam a servir para ampliação da produção empresarial (SANTOS, 2001, p. 53).

Visualizando o território como recurso, é que uma atividade produtiva escolhe se instalar em um determinado lugar, desenvolvendo maneiras e meios de estruturar aquele espaço para seu bem, criando verdadeiros circuitos produtivos (SANTOS; SILVEIRA, 2006). De maneira cadenciada, cria correntes estruturais, unido objetos e fluxos em ações que reúnem diversas etapas produtivas, de circulação e de consumo vinculados ao desenrolar da atividade, que direciona a ação dos diversos agentes, afetando, do ponto de vista geográfico, o meio geográfico local.

Como a localização das diversas etapas do processo produtivo (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) pode doravante ser dissociada e autônoma, aumentam as necessidades de complementação entre lugares, gerando circuitos produtivos e fluxos cuja natureza, direção, intensidade e força variam segundo os produtos, segundo as formas produtivas, segundo a organização do espaço preexistente e os impulsos políticos. (SANTOS, 1994, p.63)

Na indústria do petróleo, ainda que haja a especificidade de instalação da etapa de extração propriamente dita, muito determinada pela disposição natural do recurso, a evolução do conhecimento do mundo, que ao mesmo tempo em que faz surgir informações específicas sobre os lugares, torna-as instantaneamente conhecidas em uma escala “unitária” de mundo, faz reconhecer a necessidade de racionalização da efetiva utilização de uma parte ou de outra do território no circuito produtivo.

Como dito, essas escolhas de localizações baseadas na produtividade espacial para basear a estruturação dos circuitos produtivos é muito verificada como característica do processo de mundialização espaço-temporal evidenciada através do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994), contudo, em referência à indústria petrolífera, tais escolhas somente se davam nas demais etapas do circuito que não a de produção propriamente dita.

Até então, mudavam-se os fluxos, de informações, de tecnologia, de mercadorias, de produtos; mudavam-se mesmo o local de execução de algumas etapas produtivas, com a instalação de novos objetos técnicos, mais modernos, mais eficientes, em localidades diversas, para melhorar o produto e o escoamento do mesmo em prol do abastecimento para o consumo, mas o lugar do processo de extração, apesar de evoluir em relação às suas dinâmicas, e da instalação de objetos técnicos, muito em razão da atualização tecnológicas, não *sofria* com a questão da escolha de uma outra localização concorrente.



A disposição natural geológica ímpar do recurso *petróleo*, e da compreensão da finitude desse bem, sempre fez com que a descoberta de novos locais de extração fossem não só do interesse dos agentes empresariais ali envolvidos, mas de preocupações regulatórias institucionais, de soberania dos Estados e de interesse dos grupos sociais instalados nessas localidades (PANSIERI, 2019).

Um campo de exploração de petróleo significava uma valorização de uma parte do território que garantia, de maneira instantânea, pelo menos uma preocupação com o desenvolvimento econômico-social daquele espaço, enquanto potencial para recepção de uma alta densidade de objetos técnicos ao lugar.

Uma vez ali instalada a atividade produtiva, a importância do recurso era tamanha que o *link* com a unidade global, mantinha-se garantido, em maior ou em menor dimensão a depender da desenvoltura da produção, especialmente em relação ao potencial produtivo.

Em razão da natureza do recurso econômico extraído, tratava-se sempre de um crescimento ao conjunto dos campos produtivos sob o domínio dos agentes detentores do controle do circuito de produção.

No estado do Rio Grande do Norte, não foi diferente, possuindo uma das bacias sedimentares constituintes do território nacional, desde os anos de 1970 a indústria petrolífera passou a explorar os recursos locais, garantindo uma valorização daquela localidade, garantindo a instalação de objetos técnicos, e de reordenação das relações lá existentes, refuncionalizando formas já instaladas, e garantindo mais um novo mote na atualização permanente do regime de vivência social daquele lugar, que passava a ganhar uma nova e importante ligação com o cenário de espaço mundializado.

Alves (2012), conseguiu identificar em regime de representação da concretude material, a evolução ocorrida no meio geográfico norte-rio-grandense partindo da organização do território permeado pelas técnicas lá instaladas em prol da atividade petrolífera local, trata-se “de um sistema de engenharia contendo grandes objetos e inaugurando um novo sistema de fluidez o qual foi implantado no território potiguar” (ALVES, 2012, p. 52).

O sistema apresentado, traz consigo além dos objetos técnicos voltados propriamente à produção, como os poços em si com unidades de bombeio instaladas e as estações de coleta, de elementos de transporte da produção, como estações de transferência, oleodutos e gasodutos, bem como uma refinaria, mas também outros que permitem o seu funcionamento, como estradas, unidades de armazenamento, estruturas de manutenção etc.

O território norte rio-grandense foi adequado ao uso da atividade, na medida em que foi se implantando no território um conjunto de materialidades e de ações. Grande





quantidade de objetos técnicos cercados de ciência fazem parte da atividade. Cada etapa concernente as instâncias do circuito, apresenta grande número de equipamentos com diferentes idades e diferentes graus de tecnologia (característica inerente ao circuito espacial do petróleo) (ALVES, 2021, p. 65).

Além do sistemas de objetos, há também uma demonstração do sistema de fluxos que envolvem empresas internacionais, com sedes em países diversos, mas que em razão da localização do recurso e dos sistemas produtivos instalados para o desenvolvimento da atividade, geram ações no local da produção, causando mudanças na vivência do lugar, pois esse passa a contar com trabalhadores empregados por empresas que são contratados de outras localidades e daquela mesma para participar de diversas funções na exploração econômica específica (ALVES, 2012).

Ocorre que, mesmo com a presença dessas empresas internacionais, o controle da atividade no território do Rio Grande do Norte pertencia à Petrobras, muito em razão do controle normativo do território e de uma regulação, que garantia que aquelas realizassem atividades produtivas de acordo com fluxos controlados por esta, dentro de uma lógica mundial de exploração, mas garantindo o interesse estatal.

Dessa forma, era que a Petrobras conseguia através de seu poder econômico, político e normativo, garantir ordem na utilização dos sistemas de objetos e fluxos, em prol de seus interesses, e sem se desfazer de poços que já demonstravam um potencial produtivo menor em razão da exploração avançada.

Nesse momento, ainda que ocorresse a descoberta de outras localidades seja no país ou em outros locais no globo que adentrassem no rol de controle da empresa, cada campo em produção, de menor ou de maior potencial, permaneciam de interesse da mesma através do circuito produtivo que englobava cada parte em uma mesma ação dinâmica.

Grande parte desse interesse estava vinculado ao papel precípua da Petrobras enquanto empresa estatal constituída no formato de Sociedade de Economia Mista, posto que a execução da atividade econômica por tal empresa enquanto representante estatal, somente é permitida em razão de um interesse coletivo da própria sociedade ou em razão de segurança nacional, devendo como primeira e maior disposição no momento de constituição, dispor justamente do da sua função em prol da sociedade (BRASIL, 1988).

Em outras palavras, ainda que economicamente a extração de petróleo em uma determinada localidade fosse colocada em análise racional sobre a lucratividade ali existente, a existência da estrutura produtiva poderia ser elencada como responsável por tal manutenção em vistas as funções sociais que aquela atividade quando presente naquele lugar desempenha, seja



visando um bem-estar da coletividade, seja analisando uma questão de segurança (energética) nacional.

Ocorre que com a mudança no cenário energético mundial, no qual há uma perspectiva futura de diminuição da participação de fontes de energia não renovável, especialmente as fósseis, e aproveitando um momento atual de alto valor agregado do petróleo, a forma de ação da empresa se modificou, alterando sua política estratégica.

*Novos caminhos* foram planejados pela gestão superior da empresa, incluindo a participação majoritária do Estado brasileiro, que se desconectando do seu papel primário de realizador do interesse coletivo, embarcou em um projeto que se vincula aos hábitos mais antigos existentes: a redução de custos para a maximização dos lucros da empresa.

Entretanto, essa nova forma de ação traduzida em uma *gestão de portfólio*, de redução de passivos existentes, incluiu o desinvestimento em ativos de menor valor, ou em outra expressão mais clara, essa gestão baseada na previsibilidade de um cenário futuro, entendeu que se desfazer de todas as pequenas unidades produtivas que faziam parte da base do circuito produtivo desenvolvido em certa medida pela empresa no território nacional, ao mesmo tempo em que condensa todo o seu potencial produtivo em locais outros concentrados, potencializariam os ganhos econômicos da empresa (PETROBRAS. Novos... s/d).

Tal mudança de estratégia de ação, coloca em xeque as materialidades e seus conteúdos até então existentes nos lugares em que estavam instaladas essas unidades produtoras, uma vez que se passa a se reconsiderar perante a uma totalidade de acontecimentos que permanentemente vão ocorrendo frente a um cenário globalizado.

Afinal, com a saída de uma agente como a Petrobras, ator hegemônico, do lugar onde ela era grande operadora de uma multiplicidade de fluxos e controladora do papel dos objetos ali instalados, ainda que se mantenham os mesmos objetos técnicos, e ainda que a atividade produtiva consiga manter-se em funcionamento, com a entrada de novos agentes naquele meio, o que se pode esperar da reestruturação do território?

No estado do Rio Grande do Norte, como exemplo empírico, serão mantidas as divisões de trabalho até então existentes, a distribuição dos serviços, a disponibilidade de produtos para o consumo, o investimento em projetos de segurança ambiental existentes, como estão se demonstrando as refuncionalizações de objetos que não mais serão necessários às vistas dos fluxos a serem instituídos por esses novos agentes?

Em razão de ser uma primeira aproximação com o evento, a análise empírica a ser executada no presente trabalho trata-se da verificação do cenário de estabelecimentos empresariais do setor de produção com contratos de trabalho registrados e o quantitativo de



trabalhadores existentes, em três momentos específicos, de 2006, 2012 e 2019, dado este que após obtido permitirá uma análise sobre a migração da força de trabalho frente a nova organização espacial sem a participação da empresa Petrobras.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Pode-se observar que com o início do processo de desinvestimento da empresa Petrobras, ocorridos a partir do ano de 2018, já se apontam as primeiras mudanças, sim, na organização do circuito espacial de produção, que podem ser vistas no cenário norte-riograndense, especificamente no que se refere a força de trabalho produtiva.

A primeira delas e a de maior visibilidade, foi o início do redirecionamento das atividades administrativas da empresa, com o respectivo direcionamento obrigatório dos trabalhadores lá lotados, para áreas de interesse mantido pela empresa em outras localidades do território nacional, para o qual a única outra opção concedida é a adesão ao Plano de Desligamento Voluntário (PDV) ou ao Programa de Demissão Acordada (PDA).

Além disso, com as vendas dos ativos da empresa, repassados à iniciativa privada, e o cenário de redução de custos, a empresa além do redirecionamento de pessoal, efetiva o corte de gastos com pessoal, incluindo também trabalhadores da área operacional. Ações estas, identificadas como Plano de Resiliência da empresa, que busca a maximização de valor para os acionistas em primeiro lugar e somente depois para os trabalhadores e para a sociedade, como um todo (PETROBRAS. Petrobras aprova... s/d).

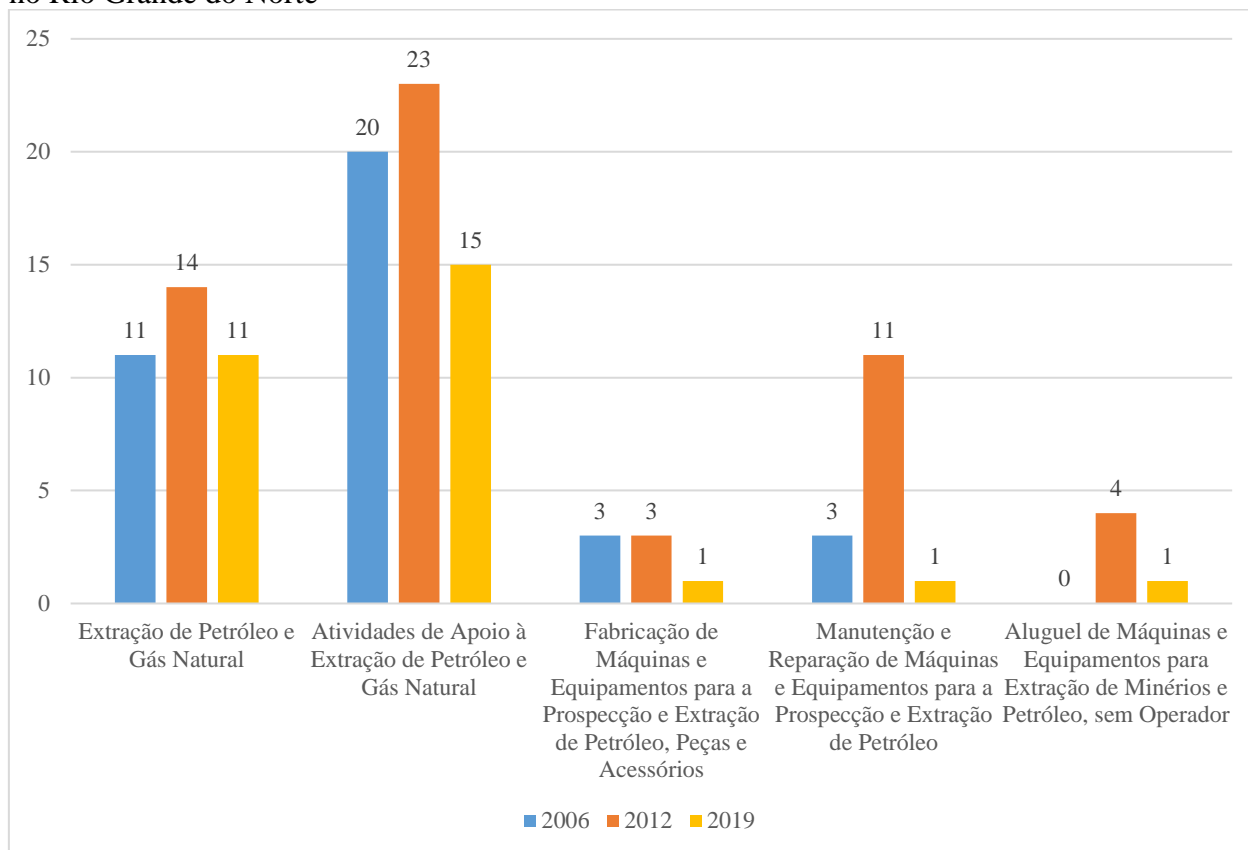
Essas modificações, terminam por implicar não apenas em trabalhadores da empresa, mas das empresas prestadoras de serviço (terceirizadas) e das empresas privadas que passam a assumir os negócios.

Isso pode ser evidenciado quando analisados os dados de estabelecimentos e trabalhadores vinculados à atividade de extração de petróleo e gás natural (Figura 1).

Em 2006, havia um total de 11 estabelecimentos voltados a exploração direta de petróleo e gás natural no estado do Rio Grande do Norte, crescendo no ano de 2012 para 14 e retornando para o mesmo patamar de 11 em 2019, após a decisão de desinvestimento. Por se tratar de um dado que envolve atividades de longa duração, e que, em regra, preveem uma estabilidade em relação ao número de estabelecimento no decorrer de longos períodos, pode-se afirmar que quantitativamente não houve uma mudança drástica sobre essa variável.



Figura 1 - Quantidade de Estabelecimentos de Atividades de Extração de Petróleo e Gás Natural no Rio Grande do Norte



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados obtidos no sistema RAIS/CAGED referentes aos anos de 2006, 2012 e 2019

Todavia, há que se destacar que essa não mudança possui dois vieses interpretativos, o primeiro que pode se justificar em razão dos procedimentos de cessão das operações da Petrobras para outros operadores, tratam-se de operações de grande porte, economicamente definidos, e que envolvem ajustes contratuais e regulatórios de múltiplos interesses, especialmente estatais, e portanto podem acarretar uma demora na mudança do quantitativo de estabelecimentos ainda ativos, nessa interpretação, podendo haver um decréscimo do número de estabelecimentos, com a saída da Petrobras e de suas subsidiárias deste rol.

Por outro lado, uma vez que a cessão das unidades não é repassada monoliticamente da empresa estatal para apenas uma empresa de exploração, pode ser que esse dado evolua em relação a um aumento de estabelecimentos em um espectro temporal próximo.

Com interpretação um tanto distinta, o dado vinculado ao número de estabelecimentos de *atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural* que possui uma redução intensiva de 23 para 15 estabelecimentos do ano de 2012 para o ano de 2019, um nível inclusive menor que no ano de 2006, quando existiam 20 estabelecimentos, em um cenário de maior diversidade



técnica e tecnológica da indústria, e com uma oferta de serviços teoricamente em constante expansão apresenta-se como um dado inquietante.

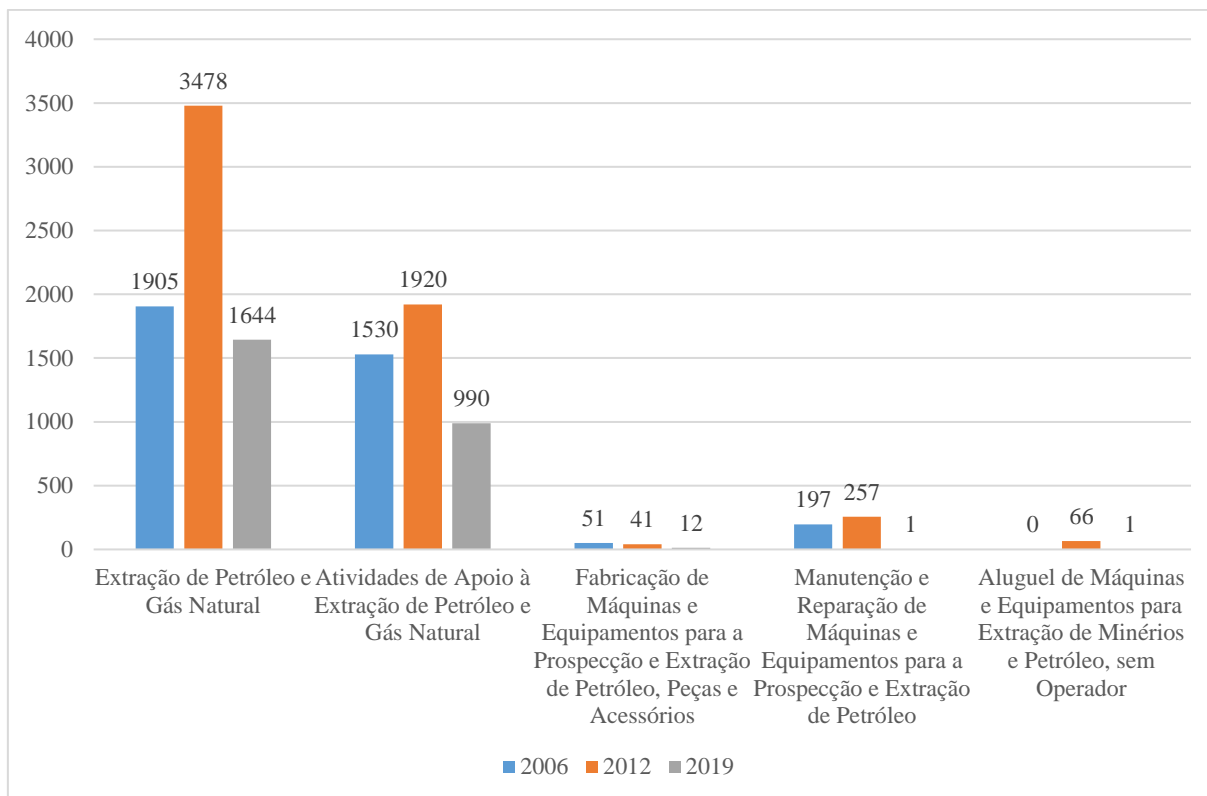
Isso, pois ele pode tanto demonstrar uma regressão agressiva das atividades de apoio para o setor, quanto, a possibilidade de desenvolvimento de um domínio das atividades de apoio por um número cada vez menor de empresas envolvidas com maior capacidade de fornecimento dos serviços necessários.

Contudo, essa segunda linha de raciocínio não tende a prosperar quando observada em comparação com os três outros dados presentes no gráfico, ou seja, se evidencia-se uma redução de estabelecimentos de fabricação de máquinas e equipamentos para um atividade, se há uma diminuição do aluguel de máquinas para tal finalidade o que gera uma minimização do número de estabelecimentos desse ramo, e se é possível verificar o fechamento de mais de 90% de estabelecimentos de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, não há, a princípio, uma demonstração de dominação de alguns agentes do setor, mas sim de um declínio do mesmo.

Explica-se, que ainda que houvesse um domínio da atividade de apoio a produção especificamente dita do setor de petróleo por alguns agentes específicos, mais até do que já se demonstra historicamente nesse ramo de atividade, seria mais provável, em razão da necessidade sempre premente do controlador de ampliar o seu poderio monopolista, de reduzir a competitividade, de bloquear a entrada de novos atores na disputa empresarial, de estabelecer seu poder (SANTOS, 2008), que isso fosse realizado sem deixar reduzir a rede de suporte a sua atividade, como é o caso dos alugueis, da fabricação, e principalmente da manutenção dos equipamentos voltados para a atividade. Afinal, a implosão de um sistema de suporte pertencente a um circuito produtivo não parece ser do interesse de nenhum agente econômico, seja ele monopolista ou não.

Assim, essa regressão das atividades do setor encontra-se evidenciada quando verificada a situação dos trabalhadores vinculados ao setor, como pode ser observado na Figura 2

Figura 2 - Quantidade de Trabalhadores nas Atividades de Extração de Petróleo e Gás Natural, no estado do Rio Grande do Norte.

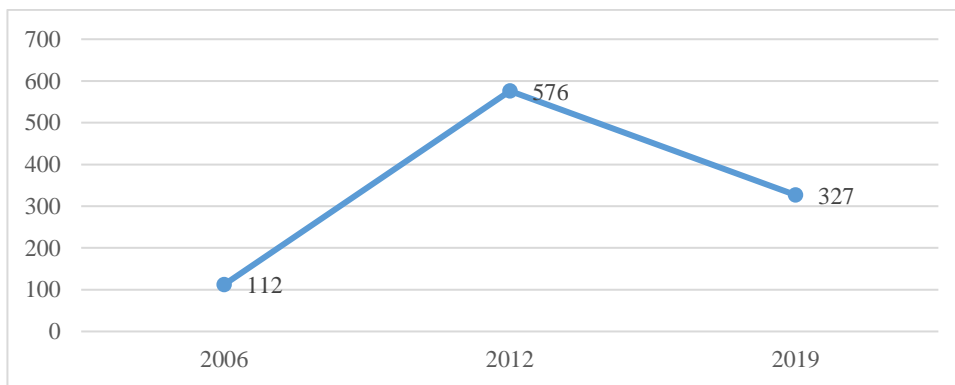


Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados obtidos no sistema RAIS/CAGED referentes aos anos de 2006, 2012 e 2019

Tais dados demonstram uma variação alta de ampliação do setor no ano de 2012, com a contratação de 2.079 trabalhadores, na soma de todas as atividades do setor, em acréscimo aos 3.683 trabalhadores existentes em 2006, somando um total de 5.762 trabalhadores em 2012, o que corresponde a um aumento de 177,2% nesse primeiro intervalo analisado; e de forte queda no ano de 2019, quando foram reduzidos em comparação à 2012, a 3.114 postos de trabalho, representando uma queda de 54,0%, o que demonstra a tendência do mercado de trabalho nesse setor específico.

Ao comparar, com os dados vinculados ao setor de refino, as mudanças apresentadas pela saída da Petrobras demonstram as mesmas tendências de redução de postos de trabalho no setor após o início do desinvestimento, com 112 postos de trabalho em 2006, aumentados para 576 em 2012, e reduzidos para 334 em 2019. Seguindo a tendência do setor de exploração, no refino ocorreu um aumento de 144,3% entre 2006 e 2012, e uma redução de 57,9% entre 2012 e 2019 (Figura 3).

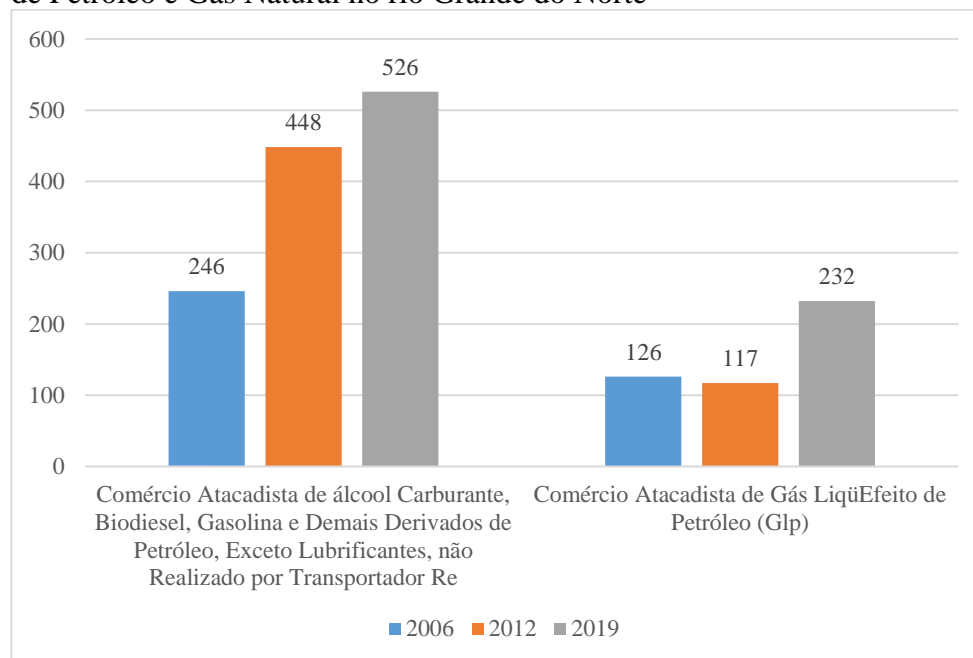
Figura 3 - Quantidade de Trabalhadores em Atividades de Fabricação de Produtos do Refino de Petróleo, no Rio Grande do Norte



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados obtidos no sistema RAIS/CAGED referentes aos anos de 2006, 2012 e 2019

No que trata do setor de comércio atacadista dos bens já refinados e aí, incluem a venda de produtos importados de outros estados e países, há uma inversão da tendência, sendo verificado um crescimento nos postos de trabalho, demonstrada com o total de postos em 2006 que registravam 372 trabalhadores, passando a 565 em 2012, e ampliando para 758 em 2019, distinguindo-se do até então encontrado no setor como um todo (Figura 4).

Figura 4 - Quantidade de Trabalhadores Atividades de Comércio Atacadista de Petróleo e Gás Natural no rio Grande do Norte



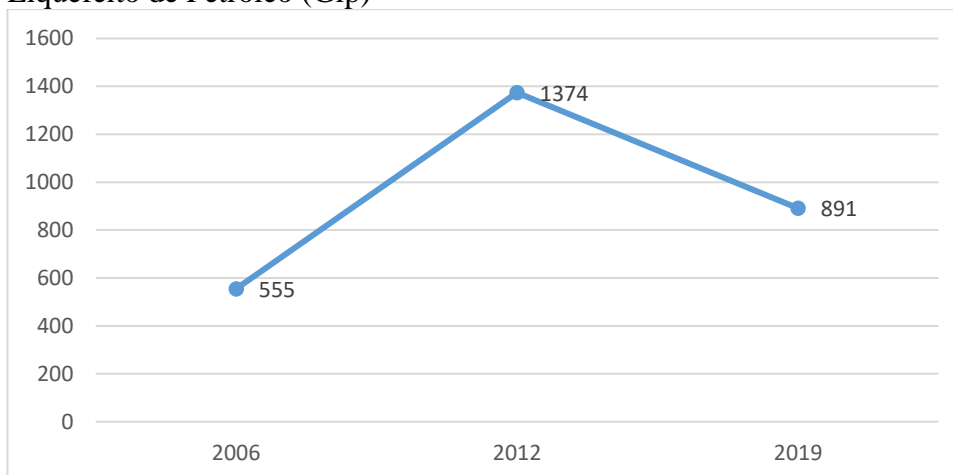
Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados obtidos no sistema RAIS/CAGED referentes aos anos de 2006, 2012 e 2019

Acontece que no setor de comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (Glp) volta-se a observar a mesma tendência de crescimento da quantidade de postos de trabalho, saindo de



555 postos de trabalho em 2006, mais do que duplicando essa quantidade em 2012, e reduzindo para 891 trabalhadores em 2019 (Figura 5).

Figura 5 - Quantidade de Trabalhadores do Comércio Varejista de Gás Liquefeito de Petróleo (Glp)



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados obtidos no sistema RAIS/CAGED referentes aos anos de 2006, 2012 e 2019

Esses dois dados quando analisados conjuntamente despertam uma racionalização dupla: ou para o setor comercial, seja varejista ou atacadista, não há uma influência da saída da Petrobras do estado a acontecer a partir do seu desinvestimento, o que determina que sobre a variável dos postos de trabalho no setor comercial esse fenômeno não deve ser elencado como de grande destaque; ou, que a variação disruptiva ocorrida apenas no setor atacadista do comércio de produtos derivados do petróleo e gás natural, indica que no que diz respeito a representação comercial de produtos provenientes de produções de locais diversos, a saída da Petrobras é indicativa de oportunidade para expansão de outras empresas no meio local.

De toda maneira, a análise do comportamento dos postos de trabalho enquanto integrantes da dinâmica espacial do estado do Rio Grande do Norte, é de demasiada importância, pois desde a década de 1970 a atividade petrolífera é importante fonte de recursos econômicos e sociais provenientes do trabalho desenvolvido na exploração petrolífera, sendo também e respectivamente de fonte incidente de tributação em prol das atividades estaduais, o que indica que as reduções apresentadas nos gráficos tornam-se um dado de imperioso alerta, para uma possível redução de recursos detidos tanto pela população residente nessa parcela do território, quanto para o Estado que a regula.

Isso, pois foram analisados dados presentes no banco de dados disponível, do RAIS/CAGED, para o qual conseguiu-se identificar apenas o forte fechamento de postos de





trabalhos diretos vinculados aos setores de extração, refino e comércio (varejista) de petróleo e gás natural, mas que não se conseguiu abranger os trabalhos indiretos que existem, em face da realidade total do espaço, que por experiência comum do mercado, são valores múltiplos referentes aos postos de trabalho diretos gerados para o setor.

Com base nessa análise, pode-se minimamente inferir que há uma tendência entre a redução de empregos e consequente diminuição da geração de recursos financeiros a circular no âmbito do território norte-rio-grandense com a saída da Petrobras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Trabalhar o uso do território no período técnico-científico-informacional trata-se de um desafio aberto. Os desejos sociais, econômicos e políticos são demasiadamente voláteis, e portanto, influenciam de modo muito veloz a utilização do território.

As análises científicas demandam o enxergar de racionalidades ocorridas através de padrões, ou mesmo o enxergar de uma curva fora do padrão seja o caminho de investigação que pode ser tomado, todavia, o pesquisador possui o olhar suficientemente preparado para visualizar as guinadas de direção tomadas pelos agentes no território, alterando o mesmo e sendo por este influenciada, demanda aprofundamento teórico-metodológico.

Nessa toada, compreender a totalidade do movimento espacial é uma maneira de possibilitar a aproximação com a realidade que nos cerca, e fazê-lo a partir de uma de suas partes mais esclarecedoras pois visualizado como espaço de vivência, o lugar, nos parece um meio de alcançar esse objetivo.

Assim, ao nos aproximarmos dessa construção intelectual podemos verificar que os eventos que ocorrem nos lugares são para estes marcantes e tendem a alterar a dinâmica territorial ali existente, sendo as técnicas lá instaladas que terminam por funcionar como elementos ricos de informações espaço-temporais capazes de conferir significado as mudanças vistas na realidade concreta das tendências do homem ao adaptar o meio para seus interesses.

Ocorre que, essas mudanças que causam uma reestruturação do território e das dinâmicas socioespaciais ali existentes, melhor evidenciadas no lugar, em geral são verificadas em uma ótica de instalação das técnicas através de eventos ocorridos e as mudanças causadas por eles, ou ainda, de eventos potenciais que terminam por realizar comparação de lugares, de territórios, pesando e valorando o mesmo como um dado, ou melhor, um recurso a ser contabilizado através da racionalidade político-econômica de agentes controladores do



território a ser utilizado, e baseando tais escolhas através de um suporte informacional cada vez mais robusto.

Contudo, esse período de informação instantânea, de decisões velozes baseadas em valores eminentemente econômicos, que tendem a valorizar e desvalorizar rapidamente de frações do território, termina por não conceder vez à preocupação com os lugares que se tornam nesse processo desvalorizados, e que passam a ser relegados à própria sorte, longe dos desígnios dos agentes mundializadores.

De fato, o processo de refuncionalização do espaço tende a ocorrer, mas esse fenômeno, relegado a uma falta de ordem, concedida por um controlador unificador dos usos no território, parece criar novas relações de poder, de uso social, e principalmente econômicas.

Assim, no âmbito do empírico concreto, em sede de uma primeira aproximação, podemos verificar que um evento como a saída de uma empresa como a Petrobras de um lugar que em grande parte estava envolvido em sua dinâmica produtiva, de pronto, demonstra uma queda do quantitativo de postos de trabalho ali existentes.

Essa redução visualizada no trabalho formal tem decorrências outras, como alteração nos postos de trabalho informais, como o tipo de contratação realizado pelas empresas que disputam as ações empresariais relegadas, do enfraquecimento do mercado consumidor que não contará com a presença de trabalhadores bem remunerados e com benefícios garantidos pela empresa, além das perdas tributárias a serem enfrentadas pelo Estado, em sede municipal e estadual.

Destarte, a análise neste trabalho apresentada serve de porta de entrada em um tema de um evento específico e bem direcionado, mas que permite a racionalização de teorias sobre a vida no lugar após o abandono do interesse empresarial hegemônico de uma determinada atividade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Sandra Priscila. **O circuito espacial da produção petrolífera no Rio Grande do Norte**. 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012

BNDES. **Produção de petróleo terrestre no Brasil**. Set., Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 215-264, mar. 2019

IEA. **Oil 2021: Analysis and forecast to 2026**. Paris: IEA Publications, 2021. Disponível em: <<https://www.iea.org/reports/oil-2021>>. Acesso em 30 jun 2021.



PANSIERI, Flávio. **Marcos Regulatórios da indústria brasileira de petróleo e gás natural e a expertise norueguesa**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2019.

PETROBRAS. **Cenários Petrobras - 2040 —Visões de futuro para um mundo em transformação**. Disponível em:

[https://petrobras.com.br/sitepetrobras/public/documento\\_cenarios-estrategicos\\_petrobras.pdf](https://petrobras.com.br/sitepetrobras/public/documento_cenarios-estrategicos_petrobras.pdf)  
. Acesso em 30 jun 2021.

PETROBRAS. **Cessão de participação em 34 campos terrestres no Rio Grande do Norte**.

Disponível em: < <https://apicatalog.mziq.com/filemanager/d/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/298321a3-1684-460a-b65f-b1701b0b1815?origin=2>>. Acesso em 30 jun 2021.

PETROBRAS. **Desinvestimentos em Águas Rasas: Início de fase vinculante do Polo Rio Grande do Norte**.

Disponível em: < <https://apicatalog.mziq.com/filemanager/d/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/558cb976-7964-4a1a-a1b0-53a2c27b5916?origin=2>>. Acesso em 30 jun 2021.

PETROBRAS. **Novos Caminhos**. Disponível em:

<<https://novoscaminhos.petrobras.com.br/>>. Acesso em 30 jun 2021.

PETROBRAS. **Oportunidade de Investimento em Ativos de Águas Rasas no Brasil Polo Rio Grande do Norte**.

Disponível em: <<https://apicatalog.mziq.com/filemanager/d/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/b24c336b-b914-45bb-b9f7-82c2a9c77d67?origin=2>>. Acesso em 30 jun 2021.

PETROBRAS. **Petrobras aprova plano de resiliência. 2019**. Disponível em: < [https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/comunicados-ao-mercado-central-de-downloads/1909d57120ca9aed73579e1590bf0967fbbedf7b9983805c33711f9bfc17a250/fato\\_relevante\\_petrobras\\_aprova\\_plano\\_de\\_resiliencia.pdf](https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/comunicados-ao-mercado-central-de-downloads/1909d57120ca9aed73579e1590bf0967fbbedf7b9983805c33711f9bfc17a250/fato_relevante_petrobras_aprova_plano_de_resiliencia.pdf) >.

Acesso em 30 de jun de 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1988.

Santos, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. USP, 2008.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.